

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	25
▶ CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO	27
1. A evolução do MS no sistema constitucional.....	27
2. Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	29
▶ CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO	33
1. MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita	33
2. A formação de procedimento especial sincrético	39
▶ CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	47
1. O Direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança?	47
2. Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo	52
3. A coisa julgada no mandado de segurança – O cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas	59
4. Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção	62
▶ CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	67
1. Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos	67
2. O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites.	68
▶ CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332, DO CPC/15	77
1. Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar.....	77
2. Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança.....	79
2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença initio litis produz coisa julgada: os limites da cognição judicial.	80
2.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução super-antecipada da lide	82
	19

2.3. O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios.	84
▶ CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA	89
1. Introdução	89
2. Acepções da palavra liminar.....	89
3. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória).	91
4. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor	95
▶ CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO	103
1. Aspectos iniciais	103
2. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação.....	104
3. Aprovação sub judice. Direito à posse e nomeação ou mera expectativa?.....	109
4. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado sub judice: aplicação da teoria do fato consumado?.....	112
4.1. Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância	112
4.2. Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação sub judice. O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	116
▶ CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS.....	127
1. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar.....	127
2. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto.....	129
3. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS...	134
4. Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15	135
5. Cabimento de recurso contra a liminar no MS	141
▶ CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	151
1. Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	151
2. Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata.....	153
3. Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento	155
4. Aspectos procedimentais	166

▶	CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA	177
1.	Introdução	177
2.	As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – Direitos fundamentais em análise	178
2.1.	O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos ...	178
2.2.	Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa.....	178
▶	CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL.....	183
1.	Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	183
2.	Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação	187
3.	Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual	191
▶	CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA.....	195
1.	Considerações preliminares	195
2.	Parte e terceiro – conceitos importantes.....	195
3.	Partes no mandado de segurança.....	199
4.	Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS	206
5.	Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo.....	210
5.1.	O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança	210
5.2.	Assistência e amicus curiæ no mandado de segurança.....	214
▶	CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS....	221
1.	Aspectos preliminares	221
2.	Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma.....	221
3.	O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública.....	224
4.	O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas).....	227
5.	A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso...	236
6.	Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo.....	240
▶	CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS	243
1.	Legitimidade/ interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial.....	243

2.	Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – Contagem dos prazos (art. 219, do CPC, 15)	246
3.	Impugnações em face da sentença: apelação, agravo, pedido de suspensão e o cabimento de reexame necessário.....	248
4.	Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – exaurimento ou não da instância ordinária	252
5.	Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança...	256
▶	CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS.....	259
1.	Definição do tema	259
2.	Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal	259
3.	Consequências processuais decorrentes da admissão do ms em matéria penal	263
3.1.	Competência – Câmara / Vara Civil ou Criminal?.....	263
3.2.	Formação de litisconsórcio necessário.....	264
3.3.	Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória	266
▶	CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS	267
1.	Definição do tema	267
2.	Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior	268
3.	Atos do conselho federal da OAB.....	270
4.	Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais.....	272
5.	Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102, I, d, n e r, da CF/88 ...	274
▶	CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	277
1.	A falta do ato e a possível violação de direitos	277
2.	O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão	278
3.	A fluência do prazo de 120 dias para impetração do mandamus: variação interpretativa.....	279
4.	Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?	283
▶	CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A NOVA LEI DO MS...	289
1.	Introdução	289
2.	Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o msc e a ação popular	290
3.	A legitimação ativa	293
4.	O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no msc. (in) constitucionalidade do art. 22 da lei 12.016/09	297

▶	CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL.....	301
1.	Colocação do problema.....	301
2.	A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé.....	301
3.	Desistência recursal regular e do recurso repetitivo.....	305
4.	A desistência no mandado de segurança: seus momentos e a análise da interpretação jurisprudencial.....	307
▶	CAPÍTULO 20 – A MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MANDADO DE SEGURANÇA	313
1.	Introdução	313
2.	A multa por desobediência de ordem judicial e sua limitação	313
3.	A pena pecuniária por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem deve ser dirigida?.....	317
▶	CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS.....	325
1.	Introdução	325
2.	A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	326
3.	A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo	328
▶	CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	333
1.	Introdução	333
2.	O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais.....	334
3.	O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados	337
4.	A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento.....	342
▶	CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO	347
1.	Introdução	347
2.	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral	348
3.	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC	351
▶	CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	357
1.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecorribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo	357
2.	Mandado de segurança contra ato administrativo oriundo da justiça do trabalho.	361

▶	CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	365
1.	Introdução	365
2.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecorríveis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo.....	366
2.1.	Mandado de segurança contra decisão judicial no NCPC.....	369
2.1.1.	Pronunciamentos de 1º grau e a inexistência de recorribilidade imediata das decisões interlocutórias que não constem no art. 1015 do NCPC	369
2.1.2.	MS em caso de sobrestamento de causas em decorrência do acolhimento do IRDR, da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos – análise das situações variáveis.....	373
▶	CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15.....	383
1.	Introdução	383
2.	Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica e efeitos	384
3.	Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança.....	387
4.	Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento)	391
▶	CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	395
1.	Considerações introdutórias	395
2.	Efeito suspensivo (legal e judicial) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14, §3º, da lei 12.016/09)	395
3.	Poderes do relator e a primazia do mérito recursal	402
4.	Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS.....	404
▶	CAPÍTULO 28 – ANEXOS	409
1.	Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança	409
2.	Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09.....	410
3.	Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	415
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	417